



# Câmara Municipal de Porto Alegre

fl 208  
PROC. N° 0113/05  
PLCL N° 002/05

## COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

### PARECER N° 58 /06 – COSMAM AO PROJETO E ÀS EMENDAS N°s 01 A 03

**Dispõe sobre a concessão de uso especial de áreas públicas para fins de moradia de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal, no âmbito do Município de Porto Alegre, revoga as Leis Complementares n°s 242, de 1991, 251, de 1991, e 445, de 2000, e arts. 8º a 11 da Lei Complementar n° 269, de 1992, e dá outras provisões.**

Vêm a esta Comissão, para Parecer, o Projeto em epígrafe e as Emendas n°s 01 a 03, de autoria do Vereador Carlos Comassetto.

A Procuradoria-Geral da Casa manifestou entendimento que a matéria objeto do Projeto de Lei se insere no âmbito da competência do Município, não havendo óbice à tramitação.

Todavia, ressalva que a Proposição possui conteúdos que implicam imposições ao Chefe do Poder Executivo e que estão vinculados à administração dos bens públicos, portanto, conflitam com o Princípio Constitucional da Independência, Separação e Harmonia entre os Poderes de Estado, constantes no art. 2º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e com o disposto no art. 94, incisos IV e XII, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

Em exame dessa matéria, a Comissão de Constituição em Justiça – CCJ – concluiu seu Parecer pela existência de óbice de natureza jurídica do Projeto e das Emendas n°s 01 a 03; a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul manifestou-se pela aprovação; a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação manifestou-se pela rejeição; a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana posicionou-se pela aprovação.

Esta Comissão de Saúde e Meio Ambiente acompanha o entendimento da CCJ e conclui que a matéria possui vício, porque caracteriza interferência no princípio da independência e harmonia entre os Poderes, e dispõe sobre os bens públicos municipais, o que é de competência privativa do Prefeito, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.



# Câmara Municipal de Porto Alegre

fl. 209

PROC. N° 0113/05  
PLCL N° 002/05  
FL. 02

## PARECER N° 58 /06 – COSMAM AO PROJETO E ÀS EMENDAS 01 a 03

Destarte, somos pela **rejeição** do Projeto e das Emendas n°s 01 a 03.

Sala Rubens Mario Garcia Maciel, 30 de junho de 2006.

Vereadora Neuza Canabarro,  
Relatora.

Aprovado pela Comissão em 10-08-2006

Vereador João Carlos Nedel – Presidente

Vereador Elias Vidal

Vereador Claudio Sebenelo – Vice-Presidente

Vereadora Mônica Leal

Vereador Aldacir Oliboni

/MA